



IMPERIALISTAS OU SUB- IMPERIALISTAS

Arthur Cezar Ferreira Reis

O presente artigo resultou de comunicação feita por seu autor, em recente sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual é o 2.º Vice-Presidente. Ele focaliza e refuta com sólida argumentação histórica, três livros recentes escritos em língua espanhola contendo a injusta e caínicosa classificação dos brasileiros de "imperialistas e sub-imperialistas".

Contra era de esperar, a comunicação causou grande impacto naquela sesquicentenária Casa da Memória Nacional.

Em consequência, o presidente da Casa, Professor Pedro Calmon, sugeriu que o autor transformasse a comunicação em artigo, para difusão pela A Defesa Nacional, veículo mais indicado para o patriótico e abalizado alerta do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis no presente artigo, que complementa alertas sobre o mesmo assunto que o ilustre professor já focalizou pela Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, números 221 (agosto de 1973) e 303 (junho de 1980) sob os títulos "Imperialismo Brasileiro?" e "Ainda Imperialismo Brasileiro".

Cel. Cláudio Moreira Bento

Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de
A Defesa Nacional

As reservas ao Brasil ou as acusações que nos fazem de estar realizando, desde o período colonial, uma ampla atividade imperialista de ocupação dos espaços físicos alheios, isto é, que deveriam pertencer a países de origem hispânica, nossos vizinhos, constituem uma contante que temos ignorado ou a que temos dado uma resposta quase humilde, quando não sem o vigor necessário.

Já em "O Imperialismo Brasileiro", "O Brasil no contexto continental" e "Ainda Imperialismo Brasileiro", pretendi propor o assunto em suas linhas fundamen-

tais, tentando localizá-lo com a contestação que me pareceu mais objetiva e realista. Recentemente, em três livros publicados na Argentina e no México, o assunto voltou ao cartaz, de maneira um tanto sensacionalisticamente, porque não dizer logo, sem fundamento. Esses livros são: "El expansionismo brasileño", de Paulo Schilling; "Paraguay, fronteras e penetración brasileiras", tradução brasileira, de Domingo Laino; "Fronteras abiertas, expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo", de Pedro Fernando Castro Martínez.

Lembremos, para iniciar nossas

considerações, que a conclusão, apressada e negativa, de que realizamos uma política imperialista, buscando um "destino manifesto", principia com a formação de nosso espaço territorial, que leva à tese de que quase formamos um continente, como lembra Jean Demangeot, em seu livro "Le Continent Bresilien", que traz prefácio de Pierre Monbeig, que propõe até o problema de uma transformação do Brasil que poderá até criar uma nova geografia política da América do Sul.

A formação territorial que tanto serve para as reservas que nos fazem foi um fundamento, no período colonial, na confrontação entre espanhóis e portugueses, aqueles beneficiados realmente pelo Tratado de Tordezilhas, que nos conformou a uma estreita faixa de terra, ao longo do Atlântico, entre o que viria a ser Belém, ao norte, e Laguna, ao sul. A dilatação em sentido norte, sul e oeste foi até, entre 1580 e 1640 quando Portugal esteve anexado à Espanha e com ele os seus territórios ultramarinos, facilitada e mesmo incentivada por Espanha, que via a Sul América como um espaço sobre sua soberania e os portugueses e seus descendentes como humanidade sob a sua orientação política.

O reconhecimento, como parte integrante do império português, foi por fim proclamado pelas duas nações, pelos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), reconhecendo-se como de Portugal o que fora reconhecido, explorado economicamente e organizado administrati-

vamente pelos luso-brasileiros, que haviam impedido a presença de holandeses, franceses e ingleses. Esse espaço continental, é certo, cresceria depois com o episódio do Acre, descoberto, utilizado e ocupado pelos brasileiros, enquanto na mesma época os bolivianos o consideravam como "tierra no descubierta".

Escrevi antes:

"Na atualidade, a agressão ou a distorção decorre do crescimento, não mais territorial, agora no campo econômico. O desenvolvimento brasileiro, sem que esteja ocorrendo fato semelhante nas outras nações do hemisfério, causa espanto, inveja e provoca a irritação dos que, em meio a dissidências internas, não puderam progredir do mesmo modo. As condições da chamada América Latina são, ninguém pode negar, ásperas, duras, tristes. Há pobreza, descontentamento, conflitos sociais violentos. A evolução do século XIX para o XX não se fez tranquilamente. E na atualidade, os erros do passado, agravados por soluções imediatistas sem profundidade, não estão conduzindo a dias menos angustiantes. Não nos cabe a menor parcela de culpa no fato, que a muitos parece, no entanto, conseqüência de nosso comportamento imperialista..."

Passemos agora ao que consta dos três livros a que nos vamos referindo. Começemos pelo de Paulo Schilling. Diz ele:

"En los últimos años, pasaron a proliferar en forma creciente, entre los militares de derecha y los diplomáticos brasileños, teo-

rías sobre el papel hegemónico que estaría reservado a Brasil en América del Sur.

En la Escuela Superior de Guerra, en la Escuela de Estado Mayor de las FF.AA. y en Itamaratí, se estudia intensamente el problema y — lo que es más serio — se elaboran planes específicos para ser aplicados en “el momento oportuno”.

De esos estudios surgieron varias teorías netamente expansionistas. Alcanza con citar algunas, para comprobar lo ambiciosos que son los planes de los geopolíticos brasileños:... la de las fronteras ideológicas, la de la Fuerza Interamericana de Paz, la del *gerdame* mantenedor del orden continental, la del *satélite privilegiado*, la del “destino manifiesto” de Brasil al sur del Caribe, la de la vocación rioplatense de Brasil, la de que las fronteras brasileñas deben estar en los Andes, la de las aperturas hacia el Pacífico, la del puerto libre en el Caribe, la del control del Atlántico Sur, la de la instalación en la Antártida, la de heredar — integración con Portugal mediante — las colonias lusas de África, etcétera.”

Seu livro, cuja 1ª edição foi feita no Uruguai, sob o título “Irà Brasil a la guerra?”, está dividido em 22 capítulos, assim denominados:

I PARTE: Irà Brasil a la guerra?

II PARTE: La satelización del Uruguai

III PARTE: La cuenca de la integración o los ríos de la discordia

IV PARTE: La lucha por la

Amazonia y el expansionismo brasileño

V PARTE: La política de Brasil en África, Portugal y en el Atlántico Sur

VI PARTE: Aproximaciones a la actualidad

VII PARTE: Visión gráfica del expansionismo brasileño”

Sua conclusão é esta:

“Los pueblos hispanoamericanos, a medida que tomen conciencia del proceso protagonizado por los militares brasileños (y esa toma de conciencia será tanto más rápida cuanto más ostensible y agresiva sea la presencia y la dominación allende las fronteras), se rebelarán en contra de ese absurdo “destino manifiesto” que (a ejemplo de sus colegas de la Alemania nazi y de Estados Unidos en relación a sus respectivos países) los geopolíticos brasileños atribuyen a Brasil”.

No particular de Domingo Laino, publicada a 1ª edição em espanhol, escreveu o autor:

“O autor deste livro submete à consideração e ao julgamento do povo irmão brasileiro — que neste momento luta com lucidez e coragem por suas liberdades e reivindicações — suas idéias e conclusões sobre um dos principais assuntos que fazem parte da problemática mais profunda e difícil do Paraguai: sua soberania.

Partindo da perspectiva do paraguaio honrado — amante de sua pátria e do ser nacional — não se pode observar sem preocupação o fenômeno que gera a expansão brasileira sobre os limites fronteiriços paraguaios: suas terras, seus recursos naturais, sua moeda, sua

divisa, seu idioma, seus costumes, se encontram dentro de um acelerado processo de desnacionalização."

Mais adiante, diz o seguinte:

"Esta é a pergunta chave que precisa de uma resposta. As fronteiras paraguaias apresentam os mais graves sintomas embora muitos outros países sintam também os efeitos do expansionismo. Políticos e militares destas nações denunciam o fato: alguns acreditam que o fenômeno consiste em uma invasão econômica, metódica e pacífica; outros, atribuem o resultado ao de uma expansão que se faz sentir nas fronteiras que limitam com o Brasil, a influência brasileira canalizando a penetração; e muitos estudiosos da geopolítica encontram a explicação do fenômeno na tradicional política de "marcha para o Oeste" que data da época da colônia e, finalmente, outros vêm a explicação do fenômeno através da política de fronteiras em marcha, praticada pelo Brasil com fins expansionistas e por delegação regional da política hemisférica dos Estados Unidos da América."

Afirma ainda:

"Não restam dúvidas de que a geopolítica do governo militar do Brasil sempre tem insistido no conceito de fronteiras sensíveis e fronteiras vivas e, ainda mais, tem se ligado estreitamente a uma estratégia global de marcha rumo ao Oeste. No prosseguimento dessas metas geopolíticas os fenômenos do expansionismo brasileiro chegam até as fronteiras nacionais de numerosos países latino-america-

nos. Mas dentro do contexto das nações afetadas surgem as fronteiras do Paraguai como as de penetração mais sensível, sistemática e de mais fácil acesso.*

E em vários capítulos e de diferentes ângulos, aqui é estudada a penetração brasileira. São analisadas situações concretas desde a infiltração estrangeira na economia até a desidentificação ou colonização cultural. É realizada uma estimativa da população brasileira dentro do Paraguai, o território de fronteira e outros recursos naturais em poder de brasileiros e o comércio fronteiriço não registrado. São indicadas presenças de estrangeiros — norte-americanos e japoneses, além dos brasileiros — que operam nas fronteiras paraguaias. Igualmente, a invasão econômica e a operação de algumas grandes empresas agro-industriais e de outros tipos ocupam lugar neste trabalho. Por último, é analisada a atitude e a gestão do governo face aos problemas de penetração e nota-se claramente que o regime "paraguaio" está empenhado no desenvolvimento de uma geopolítica de dependência do Brasil."

Passemos agora à obra de Castro Martinez, "Fronteras abiertas". Logo na introdução:

"Uno de los temas mais importantes de la política internacional de América Latina contemporánea es el que se refiere a la relación singular que Brasil ha tenido con los Estados Unidos, com los países sudamericanos, así como con Portugal. Estas áreas políticas han estado integradas dentro de un proyecto que intenta realilos sue-

ños hegemónistas del Brasil, en el que el consentimiento de los Estados Unidos aparece como la condición fundamental."

Diz depois:

"Las tendencias del Brasil a buscar la hegemonía en el cono sur del nuevo continente se han mantenido presentes en los últimos dos siglos, con mayor o con menor intensidad. A principios de la década de 1960, con el gobierno populista, la proyección del Brasil en el exterior sufría notables innovaciones. Ahora sus bases iban a radicar en la solidaridad con el tercer mundo, particularmente con los países latinoamericanos y africanos, la cooperación con el mundo socialista y la alianza con Argentina. Los Estados Unidos ya no serían la condición indispensable para que la política exterior alcanzara sus fines, aunque seguiría siendo un socio importante del Brasil."

À página 13, entende:

"A partir de 1964 se modifica se modifica la política exterior del Brasil de acuerdo a los intereses de los nuevos sectores gobernantes. Usando el principio de la "interdependencia continental", los brasileños vuelven a tener la relación tradicional que los había ligado a los Estados Unidos en el pasado. Lá alienación de los militares a Washington no ha estado exenta, sin embargo, de manifestaciones de independencia relativa de parte de Brasília, pero no han tenido tal envergadura que pongan en peligro los vínculos existentes hasta ahora. La alianza del Brasil con los Estados Unidos le han permitido

al primero poner en práctica una serie de acciones que se dirigen a conseguir un área de influencia política y económica en América del Sur en el África negra. El gran país del cono sur, por estar dentro de la categoría de los países subdesarrollados que tienen un sector industrial medianamente desarrollado, y por aspirar al rango de potencia de primer orden en fecha próxima, persigue la posición de país líder en su región vecina.

Finalmente, das páginas 98 a 194 conclui que o Brasil é: "potência sub-imperialista, com a imposição e a consolidação do sub-imperialismo, através da doutrina geopolítica, e a construção do complexo industrial militar.

Atribuem-nos os três autores, um pensamento central que é a existência, entre nós, de uma constante imperialista ou sub-imperialista que contraria os interesses e a segurança dos países vizinhos, o que está, segundo eles, exigindo a reflexão dos próprios brasileiros, face aos perigos à própria segurança do Brasil.

Em "A Defesa Nacional", podemos encontrar respostas positivas, realistas, às reflexões maldosas que constam dos livros aqui indicados como responsáveis pelo clima da reserva, que nos fazem entre os povos da Sul América. São artigos elaborados à luz de provas irrefutáveis, que talvez fosse interessante e útil reunir num volume e traduzindo para o espanhol para que pudesse ser bem entendido lá fora.

Não somos imperialistas. Em nossa história, não encontramos uma página sequer que possa per-

mitir afirmação diversa. Temos um território imenso, e muito dele ainda por ocupar. Como, portanto, admitir-se a conclusão cavilosa de que pretendemos ocupar os espaços disponíveis de nossos vizinhos? Nosso desenvolvimento processa-se com o objetivo de assegurar-nos potencialidade. Em nenhum momento, porém, procuramos obter essa potencialidade em

desfavor de nossos vizinhos da Sul América. Essa a grande verdade que é obrigação nossa proclamar e defender. Os problemas brasileiros são muitos e graves. Exigem planejamento objetivo, recursos técnicos e humanos, e tempo, bastante tempo. Não somos imperialistas nem sub-imperialistas como pretendem nossos acusadores.

O Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-Governador do Estado do Amazonas, Membro do Conselho Federal de Cultura, sociólogo, cientista político e historiador, é autor de mais de trinta obras de importância fundamental no campo dos estudos historiográficos, culturais, socioeconômicos e geopolíticos da Amazônia Brasileira.